

# Avaliação Científica: um desafio ético

Gilson L. Volpato – 31/12/2014

É com grande satisfação que concluo o ano de 2014 liberando este texto sobre ética na ciência. Satisfação porque este ponto resume uma série de problemas que têm causado discussões e também desânimos com a ciência.

Um grande debate hoje, particularmente daqueles que enxergam a ciência pela sua natureza mais genuína, mas também daqueles que não conseguem entrar no debate mais pesado da ciência internacional, é a questão das burlas que ferem métricas de avaliação da qualidade científica. Elas distorcem competências e trazem a certeza de injustiça. Óbvio que nos sistemas de avaliação uma vasta maioria dos que obtêm baixo desempenho alegará que o sistema foi injusto, pois parte do pressuposto que suas atividades são de ótimo a excelente nível. Esse pressuposto paira na cabeça de muita gente, mesmo naqueles que sequer sabem o que estão fazendo, revelando que a situação é avaliada a partir de uma “verdade” pré-concebida pelo avaliado e que não se submete à crítica. Uma retidão intelectual sobrepujaria esse problema; mas esse é o problema!

Muitas críticas têm sido dirigidas às formas de avaliação e, no ambiente acima apontado, isso se torna um problema insolúvel, pois ninguém detém a “bola de cristal” para indicar o certo e o errado. Geralmente, quem vai bem, aprova; quem vai mal, reprova. Veja, por ex., a assinatura do documento DORA (na realidade, uma crítica ao Fator de Impacto, FI) pelo editor da *Science* e a recusa em assiná-lo pelo editor da *Nature*, num ambiente em que a *Science* havia ultrapassado o FI da *Nature* em apenas 2 de 12 anos consecutivos, numa perspectiva de constante distanciamento entre elas (veja [gráfico](#)). Mesmo nesse ambiente, alguns que vão bem podem se nutrir das vantagens de um discurso politicamente correto ao criticar quem pisa nos fracos e oprimidos (índices de avaliação).

Em editorial que fiz a convite da Revista da Faculdade de Odontologia de Passo Fundo, RS, mostro alguns argumentos sobre a validade da avaliação da qualidade científica por meio do uso que os cientistas fazem das informações (atualmente, ainda de forma precária, mas a melhor existente; as citações - veja [texto](#)). Em resumo, considero que a citação de um artigo científico significa a participação daquele conhecimento citado, geralmente em sentido positivo, mas também sob crítica, na construção do grande debate científico. Quando não somos citados, não participamos, mesmo que tenhamos a verdade das coisas e o mundo esteja sendo injusto conosco. Relembre o que eu escrevi no segundo parágrafo deste texto. Na história da ciência, ela avança, mas por meio de erros e acertos e não numa linha retilínea de acertos. Portanto, exigir essa linearidade do avanço científico é desconhecer as próprias possibilidades do método científico e da capacidade humana. Os cientistas bem intencionados e buscando

o mais genuíno e correto conhecimento podem errar em bloco, mas isso faz parte do sistema. Faça uma analogia com a teoria da seleção natural de Charles Darwin.

Desde a década de 90 tenho enfatizado o óbvio, de que a publicação é apenas o início da história. No passado, as pessoas tinham acesso apenas a esse início, que era usado para a necessária avaliação dos cientistas. Mais no passado ainda, a qualidade de cada publicação (que eram poucas e distribuídas geralmente em formato de livros ou cartas pessoais) podia ser avaliada de forma mais calma e qualitativa pela leitura dos textos por cada cientista e os debates em congressos eram mais interessantes. O brutal aumento das publicações nas duas últimas décadas, apesar dos avanços nos sistemas computacionais de análise, desloca essa análise qualitativa para outros meios. Uma pura necessidade logística. Quem avalia os textos científicos são os revisores (sem desconsiderar as fraudes desse meio), os editores e a comunidade científica interessada nos textos publicados. Essas pessoas leem o texto, aceitando-o prontamente, ou com ressalvas, ou descartando-o definitivamente. Assim, a publicação no sistema de avaliação científica é apenas o primeiro passo. Lógico que quem não publica não entra no debate. Mas entrar no debate envolve apenas ter passado a barreira dos revisores e editores. Uma barreira importante, mas não sem erro, porém necessária para evitar uma maior “poluição” de informações, o que travaria qualquer sistema de comunicação nos dias atuais. O ponto final e, para mim, o mais genuíno, é a avaliação que o texto (artigo, livro ou outra forma de publicação científica válida) sofrerá ao longo do tempo (a história mostra!).

A principal crítica que se faz ao sistema de avaliação, seja pelos pares ou outros membros da comunidade científica (citações por outros autores), tem sido sobre as possibilidades de burla nesse sistema. Isso tem levado a debates, críticas e até piadas sobre o sistema. Isso é mais complicado porque dessas avaliações se determinam distribuições de verbas e outras honorárias que podem avançar ou matar a vida científica do cientista. Erros nessas avaliações, não só por pressupostos equivocados, resultam em erros mais penosos na vida desses avaliados.

Abolir o sistema de avaliação é uma atitude desesperada, imatura e inconsequente. Significaria não atender uma emergência médica acreditando que os recursos hoje existentes não são perfeitos. É como jogar a toalha na lona. Geralmente se aceita com facilidade que provas ministradas a alunos (em quaisquer níveis) são criticáveis como meios de avaliação. Mas elas continuam dentro do sistema. Excluí-las (como vemos em alguns setores no Brasil) não resolve o problema e apenas o agrava. Por isso, mesmo pessoas que criticam as avaliações geralmente as aplicam. Não sou contra avaliações. Temos que saber usá-las com parcimônia, num sistema que pressuponha aperfeiçoamento contínuo da avaliação (a avaliação da avaliação; um pressuposto óbvio).

Em qualquer sistema avaliatório, os incompetentes buscarão o meio da burla. Veja, por ex., as “colas” em provas nos vários níveis da educação formal. Veja, ainda, os corporativismos nos trabalhos em grupo, onde poucos fazem e muitos levam a nota. E não há, e não acredito que haverá, um sistema perfeito que evite as burlas. Os excluídos geralmente criticarão o sistema. E em avaliações que valorizam poucos, sempre haverá uma massa descontente que buscará criticar a avaliação, mas que raramente olhará para o próprio umbigo.

Até aqui falei voltado sobre a ciência, mas a questão é bem mais ampla. Vejam a situação dos músicos aqui no Brasil. Há excelentes músicos pelas ruas das cidades, em bares e outros espaços da noite, enquanto que músicos horríveis ganham espaço na mídia televisiva; outros, de boa qualidade, ganham apadrinhamento de músicos importantes e conseguem se impor no meio, mas é um espaço restrito. Ou seja, há uma injustiça visível nesse meio. E não só aí; possivelmente nas avaliações sobre Arte, competência empresarial, qualidade da TV (veja onde estão a Cultura e a Futura) etc. E por que isso ocorre? Porque há dois problemas: a) avaliações que partem de pressupostos errados e b) burla no sistema de avaliação.

O primeiro, como já falei no início deste texto, é amenizado quando pessoas bem intencionadas buscam continuamente o aperfeiçoamento, que significa não deixar passar falhas que possam ser corrigidas. O segundo não reside na questão do sistema de avaliação. O que vejo hoje, no meio científico, é que as pessoas acham que a culpa é só das burlas do sistema de avaliação. Pressupor isso significa acreditar que poderemos ter sistemas perfeitos, que evitam as burlas; e que os avaliados são sempre idôneos. Do que conheço, nunca vi um sistema perfeito assim, em nenhuma atividade humana.

A questão toda recai, segundo entendo, na postura moral e ética das pessoas. A falta de moral e ética é o que justifica o sistema punitivo. Há polícia porque há transgressores. Há vigia nas provas porque não há confiança de retidão de postura. Há controles porque não se confia nas posturas em geral. Mas esses controles nunca serão suficientes, embora em alguns casos coíbam razoavelmente. Mais ainda, o grau das tentativas de burla varia entre ambientes, entre culturas, entre indivíduos. No caso da ciência, há setores de pesquisa (laboratórios ou similares) nos quais as burlas são menores (não pelo controle, mas pelas posturas valorizadas por esses membros); em outros, são imensas.

Quando foco o Brasil, me preocupo, porque é o meu país e as burlas são imensas nas avaliações científicas (não só nelas). Mesmo sem ser um produto exclusivo do Brasil, sabemos que pessoas inventam produções, aumentam produções de forma ilegítima (*salame science*), invertem preceitos de qualidade, definem itens de avaliação em função de quem querem premiar, escondem avaliações, manuseiam resultados de avaliação pelos mais diversos fins etc. Vejamos uma situação mais pontual, mas bastante representativa. No estado de SP, a Fapesp avalia processos científicos, os quais são analisados por revisores e decididos pela Fapesp. O interessante, mesmo aos que possuem críticas a

essa agência, é que recebemos os pareceres circunstanciados de tais análises e temos meios para recorrer, incluindo entrevista com o Diretor Científico. No CNPq o sistema é mais travado e, muitas vezes, o parecer vem apenas informando a negação; quando recorremos, podemos receber cópia da mesma resposta. Na Capes, a avaliação da pós-graduação está migrando para um sistema aberto como o que existe no sistema Lattes do CNPq, onde cada pessoa poderá ver o desempenho de seu programa e dos demais, deixando para o passado o acesso restrito das informações a um grupo restrito. Não estou, ainda, discutindo os critérios de avaliação, mas o sistema mais geral dela.

Conheci pesquisador brasileiro que, em 2005, havia publicado nos últimos 5 anos cerca de 64 artigos científicos por ano, dos quais 63 era na revista que ele era editor-chefe; e 1 numa revista pior que a dele. E esse pesquisador era PQ-1A do CNPq. Aqui recaímos na questão dos critérios de qualidade, mas também num problema maior, que é a falta de postura moral e ética das pessoas que usufruem e/ou aprovam e mantêm esse sistema. E a coisa não mudou muito de lá para cá. Há avanços, mas o ponto crucial que defendo neste texto é que nenhum sistema de vigilância resolverá esse problema maior. Os conceitos avaliatórios nunca terão consenso (e como nos dizia Nelson Rodrigues, toda unanimidade é burra), mas devem sempre estar à disposição de aprimoramentos (que nem sempre se conduzirão numa linha reta em direção à verdade e à justiça).

Um cientista que aceita ser PQ-1A com o perfil citado acima é ignorante em ciência ou muito safado. O mesmo se pode dizer de cada um que burla o Lattes, os critérios de avaliação em bancas, em processos de distribuição de bolsas e outros ganhos científicos etc. Portanto, o problema está menos nos critérios e mais nas pessoas. E isso se aplica tanto aos que defendem quanto aos que atacam os processos avaliatórios atuais. Apenas a história poderá mostrar o que realmente defendem.

Infelizmente, os cientistas têm se maravilhado demais com os avanços tecnológicos trazidos pelo conhecimento científico. Se maravilham a tal ponto que questões de fundo sobre o fazer ciência ficam esquecidas, passam a ser de importância secundária. A formação científica há muitos anos já abandonou a formação do cientista e recai primordialmente na questão técnica da produção. Não precisa ir longe, bastar olhar o panorama de uma maioria de programas de pós-graduação que recebe bons conceitos. Formam-se técnicos especializados que conseguem publicar coisas particulares em revistas de bom nível científico (não há contradição nisso); mas não formam um cientista. Esses doutores raramente resistiriam a uma arguição sobre o “ser cientista” e o “fazer ciência” na defesa do título de Doutor. Aqui faço essa distinção (pesquisador = técnico especializado ≠ cientista) baseado na visão geral sobre ciência que existe entre essas denominações. E isso fica ainda mais drástico quando vemos que esses pesquisadores estarão em postos de gestão importantes no país em um futuro próximo. Cabeça pequena não serve para finalidades grandes. Aumentamos nossa capacidade de publicação, mas não entramos fortemente no debate

científico internacional porque nossa ciência é fraca. E ela é fraca não porque os alunos são incompetentes, mas porque os que ensinam têm ciência fraca que só é premiada no sistema incompetente e desonesto discutido até aqui.

Poderíamos pensar que uma forma de resolver esse problema seja a adoção de critérios nobres para a avaliação científica. Mas, como já argumentei acima, ninguém detém a verdade sobre o que seria esse “nobre”. Mas isso não significa que não podemos identificar casos mais aberrantes da falta de nobreza. E quais os critérios para isso? Basta ouvir o que Filosofia nos diz, mesmo não sendo uníssona.

Quem faz ciência de bom nível e conhece a história da ciência e seus pressupostos filosóficos e éticos mais marcantes sabe muito bem perceber quem está enrolando e quem, de fato, tem um melhor desempenho. Por mais objetivos que queiramos que os critérios de avaliação sejam (pois o excesso de fraudes pressupõe que essa transparência regule o sistema, mas não é verdade), ainda prefiro ser avaliado por pessoas idôneas da ciência. Mas tudo isso é muito subjetivo e parte de referenciais muitas vezes individuais. Portanto, não parece ser um caminho para a solução populacional.

Assim, se alguma proposta é possível, acho que seria a de um pesado investimento na qualidade ética das pessoas de ciência, iniciando no maternal e terminado apenas com a morte de cada um. Nosso sistema de ensino é muito mais antiético e imoral do que um exemplo a ser seguido. Nenhuma superestrutura avaliatória conseguirá controlar os desvios (veja os exemplos das leis). Temos que investir em educação, mas isso não fazemos há tempo. Não há interesse político e nem individual. A desonestidade já começa quando cada um se julga o máximo e que os obstáculos são atos de injustiça. Um dos pressupostos do ser cientista é exatamente aceitar que somos incapazes de reconhecer verdades imutáveis, sempre pressupondo o questionamento das nossas “verdades”. Mas isso não pode ser enviesado pelo desejo do cientista.

Portanto, minha desilusão não é com o sistema falho de avaliação, pois sempre será falho em alguma medida, mas com o oportunismo de muitas pessoas que se nutrem dessas falhas. Se a formação moral e ética desses indivíduos fosse outra, não se nutririam do sistema e procurariam, mesmo às custas de seu próprio ganho, apontar as falhas para que o sistema pudesse se aperfeiçoar. Seriam pessoas que saberiam propor a própria derrota pela simples satisfação de tomar a decisão que consideram correta no momento. Essa junção entre moral, ética e crítica constante formaria um sistema ideal. Sei que é um quadro ilusório, mas compartilhado por algumas poucas pessoas, e que deveria ser a Visão e a Missão de cada um.

0-0-0-0-0-0-0-0-0-0